

1º CONGRESSO DE ESTUDOS RURAIS
AMBIENTE E USOS DO TERRITÓRIO

Turismo, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável em áreas rurais

António Maria Ferreira Cardoso
Instituto Politécnico de Viana do Castelo

1. Introdução

Com base em pesquisa bibliográfica este ensaio visa intersectar e, na medida do possível, articular os diversos elementos dos conceitos assinalados no título acima referido que, á luz dos vários modelos de desenvolvimento, possam ser perspectivados na temática do turismo rural com a do ambiente e desenvolvimento (sustentável).

Cada vez com mais premência se tem abordado recentemente nas ciências sociais a questão relacionada com o meio ambiente. Até há bem pouco tempo o tratamento desta questão tem sido dominado pelo cunho positivista do pensamento biológico evolucionista. As ciências sociais nomeadamente a sociologia, ao “recusar”, no geral, o determinismo biológico, tomou parte no debate sobre o ambiente, tendo dado o seu contributo importante nesta área. Contrariamente ao pressuposto positivista de grande parte dos cientistas das ciências naturais – que geralmente minorizam os contributos das ciências sociais – e até de alguns cientistas sociais defensores da dicotomia natureza-sociedade, a natureza e a sociedade, bem como natureza e cultura não são duas realidades opostas, mas interdependentes. Para ilustrar esta posição podemos recordar que a grande maioria de projectos de investigação aprovados no âmbito do IV Programa-Quadro da Comissão Europeia se enquadrou em disciplinas dominantes tais como Economia, Geografia, Empresa e Ciências da Informação sob as perspectivas de “modernização ecológica”, “análise de ciclos de vida”, “análise de regimes climáticos”, “contabilidade ambiental”, sendo estas noções assumidas como referenciais mas desprovidas de influência cultural e social, bem como do seu contexto histórico (Woodgate e Redclift, 1998:17).

Sabemos, por um lado, que a discussão do ecológico, do “verde”, do “ambiente” é influenciada por razões e motivações de ordem política e económica e têm não raro conexões não só com clientelas políticas como com os próprios consumidores. Por outro lado, torna-se cada vez mais evidente que a cobertura pelos *mass media* dada à diversidade de questões ambientais tem desempenhado um papel fulcral na formação de uma tomada de consciência ambiental por parte das populações. Notório é também

a emergência de grupos ambientalistas e de outros grupos de pressão em defesa do ambiente a nível nacional e internacional (Nave *et al.* 1999, Lima e Schmidt 1996)¹. Basta enumerar alguns temas quentes tais como o “buraco” do ozono, a destruição de *habitats* e a extinção de espécies, os resíduos e o seu tratamento, a circulação rodoviária e os gases, a preocupação do esgotamento de energias tais como o gás, o petróleo e o carvão (cf. Yearley 1992).

No que se refere aos espaços rurais, estes têm sido palco dos mais variados protagonistas desde instituições internacionais e governos, passando por grupos e associações locais, técnicos, cientistas, até às próprias populações. A ideia do desenvolvimento do turismo rural e doutras actividades afins têm contribuído para uma mudança social e económica nesses mesmos espaços, de tal forma que à volta do turismo rural tem-se gerado alguma dinâmica de desenvolvimento e transformação económica e social, cujos impactos são positivos ou negativos (Gannon 1994), conforme os actores em presença e sobretudo tendo em conta as diversas perspectivas teóricas.

Perante este novo cenário e as interrogações que o tema levanta poderemos questionar por que é que os problemas do ambiente inquietam os cidadãos como uma questão vital nas sociedades contemporâneas e como progressivamente, para além de problema social, se tornaram também uma questão sociológica. Esta questão induz-nos necessariamente a que, uma vez sumariadas e contrastadas de modo sintético as principais perspectivas sobre desenvolvimento, centremos a atenção na relação entre alguns aspectos sobre o desenvolvimento e ambiente e, em seguida, no turismo rural, enquanto parte integrante dum processo de desenvolvimento local-rural e seus impactos - negativos e/ou positivos- nos espaços, na sociedade e nas pessoas.

2. O desenvolvimento visto por (neo)liberais, (neo)institucionais e (neo)marxistas

Na actual era da globalização colocar a questão do desenvolvimento, em geral, e do desenvolvimento local, em especial, nomeadamente em contexto rural, pode parecer desadequado ou lírico. No entanto, esta questão vista numa óptica, já retrospectiva, já prospectiva, convoca-nos à reflexão em torno de teorias que na área das ciências sociais, em particular na economia e na sociologia, têm sido veiculadas:

¹ Sobre a estrutura, recursos, organização e acção (colectiva) do movimento ambientalista e seu contexto político-institucional em Portugal é de referir os trabalhos levados a cabo por Nave *et al.* 1999 e por outros investigadores do Observatório de Ambiente (OBSERVA), ISCTE.

as teorias (neo)liberais, (neo)institucionais e do centro-periferia (cf. Santos 1985, Silva 2000).

Com efeito, até aos anos sessenta, predominava uma concepção evolucionista e linear do crescimento económico que, alimentada pela economia e pela racionalidade dominante da economia liberal desde os seus fundadores nomeadamente Smith e Ricardo, partia do pressuposto de que o mundo caminharia para um crescente progresso e consumo em que a lei da oferta e da procura encarregar-se-ia de proporcionar um relativo equilíbrio económico e social.

Perante o processo de desintegração e de crise provocadas pelo moderna sociedade industrial, a que as teorias clássicas liberais não davam saída e, como tal, denotavam a falência dos seus pressupostos, surge, durante o forte período de depressão dos anos vinte e trinta, um novo esforço de teorização, cujo expoente máximo é Keynes (1936). Este, discordando do modelo socialista, visava sobretudo apresentar uma alternativa à doutrina liberal do *laissez faire*, contestando a ideia da concorrência perfeita, bem como o pressuposto da obtenção automática do equilíbrio e da otimização da utilização dos recursos nomeadamente da força de trabalho através da lei da oferta e da procura. Essa alternativa consistia em estabelecer algumas condições necessárias à obtenção do pleno emprego através duma maior intervenção do Estado na utilização da mão de obra disponível em infraestruturas e obras públicas. Estas medidas não punham em causa o princípio das liberdades nem alteravam obviamente a natureza da ordem económica.

Alguns autores neokeynesianos, retomando a teoria de Keynes, procuraram dar-lhe uma perspectiva dinâmica, para o que seria necessário articular vários factores necessários ao crescimento: o tecnológico, o demográfico e sobretudo a extensão e o volume de poupanças.

Porém, os autores que mais se destacaram, a partir dos anos cinquenta, em elaborar uma teoria do crescimento e da modernização para países e regiões em situação de atraso e subdesenvolvimento foram certamente, entre outros, Rostow (1964), Hoselitz (1982) e Smelser (1962). Para se tornarem desenvolvidas, tais países e regiões teriam como modelo o dos países ocidentais nomeadamente os Estados Unidos e, por isso, deveriam percorrer as diversas fases desde o arranque até à fase da sociedade da abundância. Nesta perspectiva apresentam-se como positivas não só as vantagens comparativas da divisão internacional do trabalho como as trocas comerciais entre regiões desenvolvidas e regiões e países subdesenvolvidos, os quais, sendo obrigados a produzir certas produções em função das necessidades e

culturas comerciais dos países centrais (*cash crop productions*), seriam favorecidos pelo investimento de capital e pela transferência de bens, serviços e conhecimentos provindos dos países e regiões desenvolvidas.

Diversos são os ritmos de mudança, assim como as consequências destes processos, as quais, segundo defensores do modelo, serão, entre outras: (i) diferenciação estrutural de instituições e papéis conducentes a uma divisão e especialização complexa do trabalho; (ii) integração baseada em novas estruturas diferenciadas nomeadamente a nível político (partidos políticos, sindicatos, novas religiões); (iii) pressões sociais e colapsos perturbadores da ordem estabelecida e dos padrões de vida da sociedade tradicional, seja ela tribal, feudal ou camponesa (cf. Smelser 1962).

Com estes impactos esperam os teóricos modernizadores, nomeadamente através de determinadas elites económicas (*entrepreneurs*), religiosas e sobretudo políticas que se operem mudanças nas atitudes e nos valores, passando de relações particularistas em base parental ou patrocinal para outras de carácter universalista, assentes na motivação pela aquisição e no empenhamento pessoal em vista à (auto)realização pelo mérito (cf. Parsons 1988, Rostow 1964, Hoselitz 1982, Smelser 1962). Para estes teóricos progresso e desenvolvimento são assim entendidos como um assunto técnico que deve ser implementado sob a iniciativa privada, com um moderado grau de intervencionismo nos países subdesenvolvidos e eficazmente traduzível em índices de crescimento económico.

Perante a relativa falência das teorias (neo)liberais e perante a impotência das próprias teorias keynesianas no sentido de diminuir os fossos das assimetrias mundiais e regionais, diversos autores como Seers (1969) e Myrdal (1974) começaram por criticar determinados pressupostos (neo)liberais e a arquitectar uma visão alternativa que fosse mais consentânea com os problemas concretos dos países e regiões subdesenvolvidas (atraso, exclusão social, desemprego, discriminação étnica). Ora, uma tal perspectiva reformadora exigiria uma acção mais interventiva dos países ocidentais em moldes diferentes dos teóricos (neo)liberais da modernização e sobretudo, por parte dos Estados dos países em vias de desenvolvimento, uma programação institucional, capaz de corrigir os enviesamentos e as distorções das regras da própria economia de mercado. E é neste sentido que esta nova escola foi designada de (neo)institucional.

Com efeito, para Myrdal (1974) o desenvolvimento, embora inclua também transferência de capital e tecnologia, não é uma simples questão de transferência de tecnologia, mas exige a ponderação de factores ético-políticos na resolução dos problemas do subdesenvolvimento de países e regiões. O conhecimento tem um significado diferenciado conforme o actor social (instituição estatal, doador de subsídio, funcionário, 'beneficiário' camponês ou outro) e, especificamente do ponto de vista do teórico neoinstitucional, é um instrumento fundamental para possibilitar um intervencionismo reformista a partir das instâncias estatais, contrariando de certo modo a entrega à cega lei da oferta e da procura. Por outro lado, esta escola realça a importância dos recursos humanos e organizacionais, de modo que os grupos sociais em desvantagem se organizem por si próprios a fim de poderem melhorar as suas condições de vida no quadro estabelecido.

Foi também sobretudo a partir dos anos sessenta que começou a ganhar corpo uma nova visão crítica que, a partir de estudos concretos designadamente em países da América Latina, vieram a demonstrar que as causas do subdesenvolvimento desses países estavam estreitamente interligadas com o desenvolvimento dos países do centro desde a época da colonização ocidental, ou seja, a partir da expansão do capitalismo mercantil nos séculos XV-XVI, sendo de salientar, entre outros, os defensores das teorias da dependência e do centro-periferia elaboradas respectivamente por Frank (1961, 1979), Cardoso e Falleto (1970) e Wallerstein (1990). Ainda que não seguida de modo linear, a principal fonte teórica de inspiração destes autores foi sem dúvida o marxismo e sobretudo a teoria do imperialismo desenvolvida nomeadamente por Lenine (1971) no início do século XX, segundo o qual o imperialismo constituiria uma nova etapa do capitalismo, caracterizada por uma elevada concentração e fusão de capital industrial e bancário em monopólios, os quais, por um lado, exploram as matérias primas e os produtos agrícolas dos países satélites e, por outro, exportam mercadorias fabricadas pelas metrópoles do centro. Esta situação de troca desigual e de controlo político (neo)colonial seria bloqueadora do desenvolvimento e, por isso, a única via possível do desenvolvimento seria o socialismo.

Segundo os teóricos do centro-periferia, quer no estudo das próprias sociedades centrais, quer no estudo, sobretudo por parte de antropólogos, das sociedades indígenas e periféricas nomeadamente da Austrália, da África, da Ásia e da América Latina, a maior parte dos estudiosos denotava uma visão etnocêntrica e

europocêntrica, a qual vinha de encontro às estratégias de incorporação e dominação de economias e sociedades tradicionais por parte das potências (neo)coloniais.

Por fim, importa reter a ideia de que a teoria da dependência e do centro-periferia não se aplica apenas a nível mundial, mas também a nível nacional, regional e local e daí a necessidade de a ter em conta no âmbito do desenvolvimento regional e local.

3. Desenvolvimento local e ambiente

Expostas, ainda que de modo resumido, as concepções macro-económicas e macro-sociais mais relevantes em torno do desenvolvimento, este breve enquadramento seria insuficiente, se não trouxesse para a discussão, quer uma outra visão avançada pelo modelo territorialista centrado no desenvolvimento local, quer a articulação do desenvolvimento com a componente ecológica, uma problemática a ter em conta nas estratégias de desenvolvimento e não apenas num sentido adaptativo, mas alternativo.

Embora ainda em fase de certa indefinição e ambiguidade, vários autores têm sustentado que o modelo territorialista ou de desenvolvimento local pode afirmar-se como um modelo alternativo aos demais nomeadamente em relação ao paradigma estrutural-funcionalista sociológico e aos pressupostos macro-económicos do neoliberalismo, quer mesmo em relação à teoria do centro-periferia de inspiração marxista.

O modelo territorialista parte do pressuposto que o desenvolvimento e a satisfação das necessidades da população passa pela mobilização das potencialidades endógenas das respectivas regiões e, em particular, das pessoas associadas e envolvidas no próprio processo de desenvolvimento local, apelando assim a um desenvolvimento pela base (Cristóvão 1997, Cristóvão *et al.* 1994, Puerta 1995, Lima 1986, Figueiredo 1988, Ploeg e Long 1994), ou seja, com o empenhamento das pessoas e das associações locais para o desenvolvimento. Nesta perspectiva vários investigadores, entre os quais, Amaro (1991) e Reis (1992) analisam o local como uma dimensão duplamente relacional. Para que tal processo seja exequível e eficaz importa obter, como referem Reis (1994), Pérez *et al.* (1994), um determinado limiar de densidade demográfica, para além da dimensão técnico-económica, institucional e humana, dimensões essas necessárias ao sucesso do processo de desenvolvimento. É também nesta óptica que autores como Giménez

(1996), Hoven *et al.* (1996), Lowe *et al.* (1997), Villasante (1999) têm destacado a importância da formação de redes, procurando assim superar a velha dicotomia entre modelos endógenos e exógenos. Além disso, foi também na base da construção de redes locais, aliada às facilidades de transportes e telecomunicações e demais tecnologias da informação, que, tal como o demonstram as experiências em alguns países, foi possível aumentar o emprego não agrícola em áreas rurais e pequenas cidades².

Mas se a perspectiva do desenvolvimento local apresenta algumas potencialidades, importa ter presente a perspectiva crítica da teoria do centro-periferia de modo a que, de modo realista, se tenham também presentes as limitações derivadas dos constrangimentos e impactos exógenos da actual globalização económica capitalista. No entanto, qualquer abordagem em torno do desenvolvimento não só deverá assumir os agentes locais como protagonistas do desenvolvimento como terá de articular o desenvolvimento com as questões ecológicas.

Contrariamente à visão da economia convencional para a qual a economia seria um sistema total, isolado e circular, a ecologia considera a economia como um subsistema do ecossistema, em que a economia retira do meio ambiente a matéria e a energia necessárias, devendo, na medida do possível, devolvê-las ao meio ambiente, uma vez que os recursos são finitos e a biosfera impõe limites ao crescimento económico. Este não é, portanto, sinónimo de desenvolvimento nem implica necessariamente melhoria de qualidade de vida, questões sobre as quais têm chamado a atenção diversos autores e organizações (cf. Meadows *et al.* 1972, Clube de Roma, Comissão Brundtland 1987). Porém, sobre o binómio desenvolvimento-ambiente não há contudo unanimidade mesmo no seio dos reformadores e críticos da economia convencional: enquanto para autores como Pearce *et al.* (1989) trata-se apenas de corrigir os excessos, pugnar por uma economia 'verde' e adoptar algumas medidas que tornem menos pernicioso possível para o ambiente a lógica do sistema, para outros o crescimento económico, tal como se apresenta actualmente, interfere negativamente sobre a 'natureza' e, por isso, devem reformular-se quer os fins quer os meios do desenvolvimento (Devall e Sessions 1985). Ou seja, as ameaças ao meio ambiente tais como a poluição, o efeito de estufa, a destruição da camada do ozono

² Num processo de industrialização autónoma e de descentralização, alguns estudos indicam que, devido a factores exógenos e endógenos, o emprego não agrícola, em alguns casos, aumentou em volume e produtividade: em França 52% do emprego industrial no período 1976-85 gerou-se precisamente nas referidas áreas; em Itália, entre 1971 e 1981, 63% do emprego não agrícola gerado por empresas privadas coube às áreas rurais (O.C.D.E. 1988, in Lowe 1997:14).

devem ser evitados ou minimizados; os recursos, entre os quais a flora, a fauna e a energia, não devem ser degradados ou esgotados; e o meio ambiente não deve ser explorado acima das suas capacidades de absorção e regeneração, tese que cada vez maior adesão colhe mesmo junto dos organismos internacionais (O.N.U., Banco Mundial 1988, U.I.C.N., P.N.U.M.A e W.W.F. 1989), os quais até agora a tinham secundarizado ou menosprezado.

Apesar da ambiguidade do termo sustentabilidade, o desenvolvimento sustentável dever-se-á entender como aquele que, além de conservar e regenerar de modo duradouro os recursos nomeadamente 'naturais', *satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras para satisfazer as suas* (Brundtland, 1987, Campbell *et al.*, 1992). E é sobretudo neste quadro que os ecologistas, reivindicando a preservação da biodiversidade e a protecção da qualidade do ambiente, apelam à sustentabilidade não só económica mas também social e ecológica, numa perspectiva não tecnocêntrica, mas ecocêntrica do desenvolvimento, quer seja este local, nacional ou mundial, integrando assim as políticas agrárias com as ambientais, questão sobre a qual se têm debruçado diversos autores, embora em diferentes perspectivas (Daly e Gayo 1995, Guzmán e Mielgo 1995, Durán 1993, Conway *et al.* 1988, Chambers 1988, Redclift 1995). Porém, esta perspectiva necessitará, certamente, perante a lógica neo-liberal dominante, de alguma forma institucional de controlo e regulação política, combinando, na medida do possível e do razoável, a obtenção dos objectivos de produtividade e eficiência, por um lado e, por outro, de equidade e sustentabilidade, o que implica ter presente as contradições resultantes das desigualdades estruturais do sistema global, tal como referem não só algumas análises críticas moderadas (cf. Tamames 1977, Brundtland 1987, Redclift 1987), como outras mais radicais que, numa perspectiva neomarxista e etnoecológica, responsabilizam os países centrais da saturação sistémica, da deterioração dos recursos naturais e dos problemas ambientais (cf. Durán 1993, Guzman e Mielgo 1995, Yearley 1992).

Embora em países do Sul como Portugal e Espanha a preocupação ambiental não tenha sido tão premente³ como nos países do Norte devido nomeadamente às pressões de sobrevivência económica nos primeiros e um menor grau de consciência

³ Salvador Rivas Martínez, especialista em fitosociologia (ciência que estuda e descreve as plantas com base nas relações com o meio que as rodeia) na Europa, refere muito recentemente, em entrevista, que Portugal e Espanha estão a aniquilar inúmeros *habitats*, na medida em que os dois países conjuntamente representam cerca de 80% do património da biodiversidade vegetal comunitária. Os bosques e as comunidades litorais sendo de interesse turístico e propícios a criar situação de mais-valias, deveriam ser espaços sujeitos a gestão adequada de conservação, contrariando dessa forma pressões de interesse económico (Público, pag. 32, 14 de Junho 2001)

ambiental, verifica-se hoje cada vez mais um acrescido interesse pelas questões ecológicas e, no caso presente, no sentido de não-degradar mas, pelo contrário, valorizar os espaços rurais, de modo a permitir combinar com a agricultura outras actividades tais como o turismo, o lazer e o ambiente limpo e agradável para residentes e forâneos.

4. O turismo e o desenvolvimento sustentável

O turismo tem sido considerado como uma estratégia de desenvolvimento económico e social pelos mais variados argumentos, tais como o aumento de rendimentos, construção de novas infra-estruturas e formação de recursos humanos, criação de emprego e aumento de produção, entrada de divisas e, em geral, criação de mais riqueza (Simões 1993, C.E. 1998). As instituições comunitárias identificam assim o turismo como um sector elegível, no desenvolvimento da política comunitária⁴, e apontam-no como uma estratégia para alcançar o *“desenvolvimento harmonioso e equilibrado das actividades económicas, de um crescimento sustentável e não inflacionista, que respeite o ambiente”* (artigo 2º do Tratado da União Europeia, Comissão Europeia, Livro Verde 1995). Esta actividade é susceptível de fazer convergir políticas sectoriais que podem transformar o turismo num campo de acção privilegiado para a concretização do ambiente sustentável, interagindo com outras actividades económicas como seja a dos espaços naturais, património cultural, equipamentos de ocupação de tempos livres, infra-estruturas de transporte. A mesma ideia encontra-se no V Programa de Acção Comunitária em Matéria de Ambiente. Dessa preocupação ressaltam três objectivos, nomeadamente garantir a continuidade da actividade, a satisfação do turista e a manutenção do património natural e cultural europeu (COM(95))97 final. É de referir que estes são na prática três campos que podem interagir e/ou repelir-se do ponto de vista de defesa de interesses de acordo com os ideais, as normas culturais e o quadro de referência que cada grupo de

⁴ Decisão nº 182/1999/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 22 de Dezembro 1998, JOL 26, de 01/02/1999, p.1, (V Programa-quadro de IDT). Com menor ou maior desenvolvimento, em relação ao turismo entendido como sector relevante para um desenvolvimento sustentável, importa também referir documentos anteriores tais como o “V Programa em direcção a um Desenvolvimento Sustentável” (1995) da Comissão Europeia, “A Carta Mundial para o Turismo Sustentável” (1995), elaborada pela Conferência Mundial sobre Turismo em Lanzarote e a “Carta Europeia de Turismo Sustentável” por iniciativa da Associação Europeia das Áreas Protegidas” em 1998. Para uma reflexão sobre a situação actual e orientações prospectivas do turismo, cf. M. Baptista 1997, L. M. Ribeiro (2000).

actores desempenha na constelação de poderes na formação de políticas, medidas e acções a desenvolver.

A ideia de desenvolvimento sustentável aparece como um princípio básico, agregador e integrador institucional na perspectiva da modernização ecológica, sendo actualmente dominante no discurso ambiental, quer a nível de cada Estado-nação, quer a nível de organismos internacionais, discurso esse que, apoiado na ciência e na tecnologia, tenta ultrapassar a crise ambiental que hoje em dia se vive. Esta estratégia de competência técnico-científica com regulamentação a partir das políticas públicas e de actuação de redes e organizações institucionais (multi)nacionais são compreendidas por outros autores como um “emergente ecocorporativismo” (Jaminson 1996).

Uma das preocupações da C.E. no âmbito das estratégias de Desenvolvimento sustentável (IV e V Programas-Quadro de IDT da Comunidade) passa quer pelo encorajamento e incentivo de práticas ecológicas no sector turístico, através de programas e instrumentos específicos, quer ainda pela integração de critérios ambientais nas práticas de gestão e planeamento de actividades económicas - agricultura, transportes e serviços em geral - e nas empresas e investimentos turísticos (avaliação de impactos ambientais nos projectos turísticos). O objectivo mais global é o de garantir a coesão e a integração entre as regiões europeias, em especial as regiões mais periféricas da União Europeia, que através do turismo podem ser revitalizadas e ser um contributo potencializador, quer melhorando os recursos culturais e naturais, quer reforçando as economias locais através de uma maior fonte de rendimento, e criando simultaneamente oportunidades de mercado de emprego nesse e noutros sectores.

Tendo em conta o processo de envelhecimento demográfico, as novas facilidades de mobilidade geográfica dos cidadãos europeus e de outras origens, e o facto de a população ser cada vez mais instruída e melhor informada que as gerações do passado, tais factores repercutir-se-ão também na procura e na oferta de diversidade de serviços a prestar a uma população que consumirá mais tempo de férias e de lazer.

Segundo a C.E., a estratégia de desenvolvimento sustentável do turismo constitui umas das prioridades na sua acção. Em matéria de emprego, o sector do turismo emprega actualmente cerca de 9 milhões de pessoas. A indústria do turismo na U.E, com cerca de 2 milhões de empresas, gerando 5.5% do PIB, 6% do emprego e 30 % do comércio externo no domínio dos serviços, é, por isso, considerada

importante para gerar uma estratégia europeia de emprego no sector dos serviços, sendo previsível que até 2010 possa crescer entre 2,2 e 3,3 milhões de postos de trabalhos, com uma taxa de crescimento anual de 1 a 1.5% (C.E. 1998).

Será importante potencializar a competitividade do turismo europeu em relação com a forte concorrência de outros destinos turísticos não-europeus, na perspectiva do crescimento e da empregabilidade e até do ponto de vista social da sustentabilidade.

O turismo, sendo uma indústria fragmentada, formada por um grande número de pequenas unidades, não beneficiando de uma clara identidade sectorial, tem sido no geral negligenciada como um potencial criador de emprego.

Como referimos acima, o desenvolvimento sustentável, como conceito e mesmo do ponto de vista operacional, apresenta-se com dificuldades de definição global no sentido de rigor analítico. Assume diferentes significados dependendo das áreas ou das abordagens científicas. Não obstante ser vulgarmente entendido como um conceito consensual, as políticas traçadas reflectem a diversidade de paradigmas de âmbito disciplinar e ideológico. Difere entre ecologistas, planificadores ambientais, economistas e grupos de pressão e, mesmo no seio destes, diversos grupos ou categorias. Uma das ambiguidades de conceito é a falta de consenso sobre o que se “deve sustentar”. Uma vez aparecem os recursos como o objectivo da sustentabilidade, outras vezes salienta-se a procura. Alguns cientistas fazem referência aos níveis de produção sustentáveis e apontam a conservação da natureza como um factor-chave de desenvolvimento de competitividade no sector turístico (López-López 2001), enquanto outros detêm-se nos níveis de consumo (Redclift 1987). Se, por um lado, uns levantam a questão em termos de sustentabilidade da natureza e a limitação da mesma, outros, porém, vêem o progresso humano, quer a nível de *meios*, quer a nível dos *fins*, na própria natureza (Devall e Sessions 1985). Outros, ainda, incidem a sua análise em imperativos biosféricos, focalizando como o aspecto mais importante o desenvolvimento de tecnologias que poupem consequências negativas para o meio ambiente ou reduzam o risco ambiental.

Outro ponto de vista insere-se no quadro das relações Norte-Sul e exprime uma visão crítica sobre desigualdades estruturais nas economias globais (Comissão Brundtland 1987; Redclift 1987). Por um lado, diversas forças, nos países do Norte, actuam numa arena política em conflito: enquanto uns pretendem explorar os recursos naturais na lógica da economia de mercado, outros desejam preservar a “paisagem” e o que é “natural”. Por outro lado, os países e as populações do Sul, embora conheçam

os conflitos ambientais, centram-se todavia nas necessidades básicas, na identidade cultural e nas estratégias de sobrevivência.

5. Comunidades locais e turismo rural: impactos e sustentabilidade

As relações intracomunitárias têm sido objecto de diversa leitura por diferentes correntes e seus respectivos representantes. Também até recente data, em Portugal, tal como argumenta Silva (1998), até aos anos setenta e oitenta as comunidades rurais eram vistas por autores de cariz funcionalista como Dias (1984:315 ss) como unidades corporativas, (auto)integradas, relativamente harmoniosas e, como tal, não atravessadas por conflitualidades sociais relevantes. Sendo 'sociedades parciais' e de 'pequena tradição', na terminologia de Kroeber (1963:92 ss) e Redfield (1961:36 ss), tais comunidades locais manteriam com a sociedade envolvente e a 'grande tradição' sediada na cidade, relações de cooperação e complementaridade. Eventuais tensões com o exterior (o mercado, as classes urbanas e as instituições municipais e estatais) seriam resolvidas por diversas vias e através do papel preponderante dos líderes e mediadores locais.

Outros autores tais como Wolf (1957) e Huizer (1970) assumem posições de diferente teor e aduzem argumentos no sentido de sublinhar a oposição entre grupos sociais ou divergência de interesses interfamiliares. Ou seja, enquanto grupos locais salientam a tradicional dimensão agro-silvo-pastoril e pecuária na disputa pela gestão e decisão sobre os recursos patrimoniais locais, outros (re)constroem o rural e até reinventam o *neorural* com novas dimensões e novos protagonistas. Ainda em contraponto à teoria funcionalista, Silva (1998) refere a teoria da acção weberiana - a qual assume a conflitualidade como uma dimensão inerente à competitividade das relações intracomunitárias (cf. Weber 1978) - e o marxismo que analisa as colectividades rurais como universos portadores de uma dinâmica de interesses contraditórios devido à penetração do modo de produção capitalista.

Apesar de paradoxal, é notável o interesse no desenvolvimento de áreas rurais na Europa, quando todo o modelo de economia dominante se orientava no sentido de deslocalizar as pessoas do campo em direcção às cidades, quer em migrações internas, quer em emigrações. Com ritmos diferentes, as sociedades modernas ocidentais induziram mudanças que têm afectado as áreas rurais europeias. As migrações em direcção aos centros industrializados e urbanizados, tiveram como consequência o abandono de práticas agrícolas tradicionais e a desertificação, quer

física, quer humana. O desemprego e a diminuição do rendimento têm sido também mazelas deixadas por esses processos de mobilidade geográfica, geralmente imperativa na procura de melhores sustentos económicos dos agregados familiares e das comunidades rurais.

A “crise rural” é para vários autores a consequência simultânea de diversos factores tais como (i) os modelos económicos aplicados nas décadas passadas que privilegiavam os sectores secundário e terciário, geralmente sediados nos centros metropolitanos; (ii) a estrutura económica e social rural e a sua diferente capacidade de adaptação aos processos de desenvolvimento e (iii) as reacções de intercâmbio económico entre campo e cidades e entre o agrário e o conjunto da economia (Leal 1996). É de referir que a própria Comissão Europeia (1988) acentua esta análise com o documento *O futuro do mundo rural*, no qual afirma que “*o espaço rural apresenta funções vitais para toda a sociedade. Enquanto zona tampão e espaço de regeneração, é indispensável para o equilíbrio ecológico e torna-se cada vez mais um local de acolhimento privilegiado para o repouso e o recreio*”, salientando no mesmo documento que o mundo rural se confronta com certos problemas, nomeadamente os resultantes da pressão da evolução do sistema económico sobre as regiões agrárias próximas e de fácil acesso a aglomerações urbanas e os derivados do declínio rural devido ao massiço e contínuo êxodo rural, sem esquecer os próprios problemas ambientais de regiões marginalizadas.

Embora com dificuldade de redefinir-se e com “falta de argumento”, em termos de multifuncionalidade desses espaços (Leal 1996), o mundo rural requer especial atenção no sentido de perspectivar novas formas de desenvolvimento sustentável. Tal só será possível mediante a preservação dos territórios, do património cultural diferenciado e a fixação das populações, contrariando, na medida do possível, o declínio demográfico e económico das áreas rurais. As zonas rurais têm apresentado níveis de envelhecimento mais rápido que as médias nos países europeus (Almeida *et al.* 1994). Por outro lado, o modelo urbano industrial dominante, comportando os processos acima referidos, tem reservado ao espaço rural certas “funções externas”⁵, que implicam a transferência de poderes de decisão económica e política dos campos

⁵ As funções externas foram sistematizadas em quatro *itens*, nomeadamente, função de fornecimento de bens alimentares às populações e de matérias primas a indústrias localizadas a jusante da produção agrícola, reserva de força de trabalho a outros sectores produtivos, a dinâmica político-ideológica das formações sociais, a reserva de espaço físico e, por último, a de “guardião” único (e último) da natureza (Almeida 1977, Pinto 1985)

para os centros de gestão e planificação da esfera industrial, comercial e financeira numa lógica de domínio do *campo* pela *cidade* (Almeida 1977, Pinto 1985).

Recentemente o meio ambiente rural e, em geral, o mundo rural tem conhecido um estado de abandono e uma situação marginalizada, tornando-se cada vez mais difícil de continuar a satisfazer as funções tradicionais em termos produtivos. Por outro lado, as contradições do modelo industrial dominante acabaram por reforçar o seu papel de reserva de espaço físico, numa perspectiva de ordenamento de território. Ou seja, se no passado foi reserva para o espaço industrial e urbano, hoje tornou-se também espaço para reserva ecológica, patrimonial e cultural, cabendo-lhe por excelência as funções de *guardião da natureza* - identificando-se o rural com o “natural” - e de “qualificação ambiental”, aspectos estes salientados por Mormont (1987), Mathieu et Jollivet (1989) e, em Portugal, por Reis e Lima (1998), E. Figueiredo (1996, 1999), entre outros. Segundo estes autores, estas funções são redefinidas não pelos próprios residentes mas basicamente por novos protagonistas urbanos e, tal como notei acima, pelas próprias instituições estatais e comunitárias. A natureza e o ambiente deixam de ter a função de produção agro-silvo-pastoril, prevalecente no passado, para adquirir uma representação estética e lúdica pelos novos protagonistas urbanos e institucionais, uma concepção de território diametralmente oposta à que tradicional assumiam os velhos residentes das aldeias, para quem o solo constituía basicamente um factor produtivo.

Como já referido anteriormente, desde os anos cinquenta que se têm vindo a debater as questões relacionadas com o crescimento económico, suas externalidades para as economias e regiões periféricas e os efeitos de desigualdades sociais e regionais.

Ora é justamente numa tentativa de superar posições extremas na explicação dos processos de (sub)desenvolvimento que surge o modelo territorialista ou de desenvolvimento local como uma alternativa aos pressupostos quer de inspiração estrutural-funcionalista sociológico, quer do centro periferia de inspiração marxista. Mas os modelos localistas, senão desprezaram, têm também menosprezado os factores exógenos, pelo que necessita ter em conta também determinados argumentos provindos da teoria do centro-periferia (cf. Silva 2000:302 ss).

Em todo o caso, o modelo territorialista – extremamente relevante para a abordagem em torno dos projectos do turismo –, tem a vantagem de apontar, por um lado, para a necessidade de desconcentrar capital e demais recursos nos meios

urbanos, de resto já congestionados e, por outro, para a criação de condições que tenham em conta as pessoas mais desfavorecidas nas políticas de desenvolvimento, assumindo-as não apenas como simples beneficiários de políticas externamente decididas sem a informação e participação dos próprios, mas como parceiras activas desse desenvolvimento.

Tornou-se premente a necessidade de procurar actividades económicas alternativas a fim de revitalizar e diversificar as áreas e comunidades rurais marginalizadas⁶. Dado que hoje a agricultura por si só não está em condições de apresentar uma solução de desenvolvimento rural, torna-se cada vez mais evidente que, sem deixar de potenciar a própria agricultura dever-se-ão encorajar e implementar medidas que, diversificando as actividades económicas, permitam promover um desenvolvimento local sustentável. O turismo, se não deve servir de *alibi* para desencorajar a actividade agro-pecuária e outras, pode contudo considerar-se uma das áreas de especial interesse para revitalizar o meio rural e suas comunidades.

Tal como refere Capucha (1996), sendo a pobreza um dos resultados dos processos de desenvolvimento, nas áreas rurais “recuadas”, as tendências actuais de transformação de lazer e da procura turística e de valorização do património e da qualidade ambiental, podem constituir uma oportunidade para o desenvolvimento de regiões rurais mais desfavorecidas que se apresentam ainda com condições ecológicas propícias ao desenvolvimento do turismo rural.

Várias formas de turismo têm vindo a ser oferecidas nomeadamente nas áreas rurais, tais como o *turismo rural* (casas rústicas com arquitectura típica regional), o *agroturismo* (casas rústicas com explorações agrícolas), o *turismo de habitação* (solares ou casas apalaçadas), as *casas de campo* e o *turismo de aldeia*⁷. Consequentemente, o papel tradicional das comunidades rurais tem vindo a ser alterado, ao ponto de serem consideradas simultaneamente um recurso e beneficiário do turismo e lazer e não apenas produtor e fornecedor de produtos agrícolas. Não apenas na Europa do Sul, mas também nos países da Europa Central e do Leste - que ainda se encontram num período de transição de economias planificadas para

⁶ Segundo a O.C.D.E. as zonas rurais caracterizam-se por critérios económicos, mas com componentes geográficas, sociais, culturais e políticas, que em conformidade com esses critérios pode-se diferenciar as áreas rurais em *integradas*, *intermédias* e *recuadas*.

⁷ O caso das *aldeias turísticas*: Agra (Vieira do Minho), Encosta Mixões da Serra (Terras de Bouro), Pequenina/Gondomar (Vila Verde), Branda da Avelheira (Melgaço), Lindoso (Ponte da Barca), Soajo (Arcos de Valdevez), disponibilizando no conjunto das seis *aldeias turísticas* o total de 96 quartos (Cf. Associações de Desenvolvimento Rural Integrado, ADRIL e ADRIMINHO, *Aldeias de Portugal*).

economia de mercado – desenvolveram-se esforços para potencializar essa mesma diversificação económico rural, criando-se modelos diversificados de turismo (Barbic 1993).

Nas últimas décadas o turismo rural tem vindo a crescer e, de acordo com a tendência geral de crescimento turístico, prevê-se que venha também a florescer o seu crescimento nas áreas rurais. O turismo em espaço rural (T.E.R.) em Portugal, com uma oferta de 5776 camas, em 1999 regista um aumento superior a sete vezes e meia em relação a 1984 (763), o que representa uma média de crescimento anual na ordem de 14,4%, traduzindo no seu conjunto uma clara tendência de crescimento⁸ No entanto, tal como referem diversos autores, o turismo rural embora possa revitalizar e capitalizar determinados recursos locais, fixar (temporariamente) população, quebrar o isolamento social, encorajar relações e identidades sócio-culturais e promover consumo de produtos de qualidade (Cavaco 1995, Capucha 1996, López-López 2000), não é, a solução global e universal para resolver os problemas de subdesenvolvimento em que muitas das zonas rurais se encontram. Sendo uma actividade importante, deriva de uma política sectorial e, por isso, não apresenta soluções globais. Verbole (1995) afirma que num processo de desenvolvimento de turismo rural é necessário questionar-se sobre o *que* se deve desenvolver e sustentar, em benefício *de quem* e baseado em *que critérios, áreas* e durante *quanto tempo*. O crescimento e desenvolvimento geram impactos positivos e negativos, Gannon (1994). Ou seja, o T.E.R. tem custos e benefícios nas diversas dimensões: a económica, a social e a ambiental (Anexo 1).

Como impactos positivos podem apontar-se a criação de rendimento a nível local, preservação da paisagem e contemplação de usos, costumes e tradições (Urry 1990); como impactos negativos: cessação da actividade agrícola, a deslocação do factor trabalho da agricultura para a indústria, a inflação de preços do solo (Jansen-Verbeke 1990) conduzindo globalmente à comercialização da “rural life” (Pearce 1990). As comunidades acolhedoras e os impactos do turismo rural não se apresentam de forma homogénea em todos os espaços rurais (Cavaco 1995). Uma pequena parte dos residentes usufrui de benefícios dos projectos de turismo rural, constatando-se que as posições favoráveis a este novo tipo de actividade pelos populações residentes manifestam-se principalmente nos que mais dependem de tal

⁸ No total das 5776 camas não está incluído o número de camas da modalidade *aldeias turísticas* (Fonte: Direcção Geral do Turismo, Dezembro 1999, e Expresso 23-09-2000) O crescimento de equipamentos tem sido incentivado pelos sistemas de financiamento do SIFIT e SIR e Programa LEADER no âmbito dos QCA I e II.

recurso para a sua subsistência (Pizam 1978) Será importante saber até que ponto os impactos, quer positivos, quer negativos, podem afectar diferenciadamente os vários grupos de residentes, de acordo com suas percepções, posição social, interesses e recursos na constelação de poder socio-económico local.

6. Considerações finais

No processo de desenvolvimento tem-se estabelecido estruturalmente uma *troca desigual* entre regiões, populações, aldeias, comunidades e grupos sociais envolvidos. Enquanto uns percorrem processos e ritmos acelerados de desenvolvimento e de acumulação, outros arrastam-se lentamente num processo de diferenciação e exclusão socioeconómica que dificulta ou até impossibilita o acompanhamento dos ritmos e exigências do desenvolvimento das zonas mais desenvolvidas.

Os defensores do desenvolvimento sustentável defendem um mundo futuro no qual seja claro que a biosfera impõe limites ao crescimento económico; se entenda que crescimento não é sinónimo de desenvolvimento e que o aumento da quantidade não induz por si só melhorias da qualidade; se exprima um repúdio à crença de que a ciência e a tecnologia conduzem infalivelmente a uma melhoria da condição humana; se manifeste uma forte aversão aos riscos do meio ambientais; se compartilhe um ideal de solidariedade, justiça redistributiva e ética igualitária; se sustente uma grande preocupação pelo acelerado crescimento da população mundial e através do conhecimento se atenuem as suas causas; se apoie a necessidade de que o homem não extermine nem negue a sobrevivência das espécies, se proteja a qualidade e capacidade do meio ambiente e, por fim, as culturas minoritárias.

Do ponto de vista estratégico pugna-se pelo associativismo e redes/parcerias, promoção empresarial e institucional, com critérios de qualidade, apoiados por competência técnica, de índole endógena e/ou exógena, passando pela participação e envolvimento das gentes e recursos locais.

Como se depreende dos vários estudos, a agricultura para muitas áreas rurais não é mais a base económica para o desenvolvimento. Outras 'novas' oportunidades e opções vão sendo postas em prática, tais como o turismo em espaço rural com diversas modalidades, mas não deve ser descontextualizada do desenvolvimento rural e social local. A implementação de projectos de turismo rural deve contribuir para o desenvolvimento das áreas que ainda detêm um património cultural e paisagístico a preservar, e que de uma forma sustentável promova um equilíbrio local e regional de

tal forma que os possíveis impactos negativos sejam minimizados. Tudo isto requer a atenção de todos os actores: o Estado, as instituições a nível nacional e comunitário, as empresas e as comunidades locais, não podendo estas ficar alheias ao processo de mudança e de revitalização das áreas rurais.

É justamente numa perspectiva de desenvolvimento sustentável combinando níveis macro e micro, com as diversas possíveis respostas e projectos de desenvolvimento local em contexto rural, tendo em conta o equilíbrio entre as diversas dimensões - a cultural, a ecológica, a socioeconómica e a ambiental- , que se pode contribuir para o bem-estar dos cidadãos, quer sejam residentes (rurais) e/ou prestem serviços a turistas que procuram qualidade de vida, quer sejam 'consumidores' desses mesmos serviços e produtos, em espaço rural.

Bibliografia

- ALMEIDA, J.F.; et al. (1994), Regiões Periféricas: Que Desenvolvimento?- uma experiência no Concelho de Almeida, Vilar Formoso, CAIS/CIES.
- ALMEIDA, J.F.(1977), "Sobre monografia rural" In *Análise Social*, 52, 4:789-803, Lisboa, G.I.S.
- AMARO, R.R.(1991), "Lógicas de espacialização da economia portuguesa", in *Sociologia – Problemas e Práticas*, 10:161-182.
- BANCO MUNDIAL (1988), *The World Bank and the environment*, Washington, D.C..
- BARBIC, A. (1993), "Sustainable diversification – the future for rural areas: the case of post socialist countries", In *Zbornik Biotehniške facultete Univerze v Ljubljani*, Biotehniška faculteta, Ljubljana, 61:209-222.
- CAMPBELL, A. et al. (1992), *The Environment Impact of the MacSharry Reforms on E.C. Agricultural Policy*, Department of Ecological Agriculture, Wageningen Agricultural University, The Netherlands.
- CAPUCHA, L.M.A.(1996), "Fazer render o belo – questões à volta do turismo e do desenvolvimento em zonas rurais recuadas", In *Sociologia – Problemas e Práticas*, 21:29-46.
- CARDOSO, F. H. e FALETTO, E. (1970), *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*, Rio de Janeiro, Zahar Editores.
- CAVACO, C. (1995), "Rural Tourism: the Creation of New Tourist Spaces" In A. Montanari e A.M. Williams (eds), *Regions, Spaces and Restructuring*, Sussex, Wiley and Sons Ltd, pp.127-149.

- CHAMBERS, R.(1988), *Sustainable rural livelihoods: a strategy for people, environment and development*, Institute of Development Studies, University of Sussex.
- COMISSÃO BRUNDTLAND, (1987), *Nosso Futuro Comum, Relatório sobre Desenvolvimento Sustentável*, ONU, Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente, Cambridge: Polity Press.
- COMISSÃO EUROPEIA (1988), *O Futuro do Mundo Rural*, Comunicação da Comissão Europeia ao Conselho de Ministros, COM(88)501 final, Bruxelas, 21 de Outubro de 1988.
- COMISSÃO EUROPEIA (1998), *Conclusões e Recomendações do Grupo de Alto Nível (G.A.N.) sobre Turismo e Emprego*, Bruxelas, Outubro, DGXXVIII.
- COMISSÃO DA COMUNIDADE EUROPEIA (1995), *O Papel da União Europeia em Matéria de Turismo. O Livro Verde da Comissão*. COM(95) final, 04.04.1995, Bruxelas.
- CONWAY, G. *et al.* (1988), "After the Green Revolution: sustainable and equitable agricultural development" in Pearce, D. e Redclift (eds): *Futures*, 20(6).
- CRISTÓVÃO, A. (1997), "Mudam-se os tempos,... Mudem-se os modelos! Para a criação de novas formas de interacção entre investigadores, extensionistas e agricultores" In *I Simpósio: A Articulação entre Investigação e a Extensão na Agricultura*, Évora.
- CRISTÓVÃO, A. *et al.* (1994), "Practises of endogenous development in Barroso, Northern Portugal", in J.D. van der Ploeg (eds), *Born from within: practise and perspectives of endogenous rural development*, Assen, Van Gorcum, Holanda.
- DALY, H. E. e GAYO, D. (1995), "Significado, conceptualización y Procedimientos operativos del desarrollo sostenible: posibilidades de aplicacion a la agricultura", in MARÍN, A. C. (org) *Agricultura y Desarrollo Sostenible*, Serie Estudios nº 97, Madrid, Ministerio da Agricultura e Pescas.
- DEVALL, B., e SESSIONS, G. (1985), *Deep ecology: living as if nature mattered*, Peregrine Smith, Layton, Utah Dinamarca, Elsinore.
- DIAS, J.[1984(1948)], *Rio de Onor. Comunitarismo agro-pastoril*, Lisboa, Presença.
- DURÁN, R. F. (1993), *La explosión del desordem*. Madrid, Fundamentos.
- FIGUEIREDO, E. (1996), "Verdes são os campos...O mundo rural como reserva de qualificação ambiental" in C. Borrego *et al.* (org), *Actas da V Conferência Nacional sobre a Qualidade do Ambiente*, Aveiro:Universidade de Aveiro, Comissão Coordenadora da Região Centro.
- FIGUEIREDO, E. (1999), "A cidade e as serras ...Visões rurais e urbanas do ambiente rural" in F. Santana *et al.* (org), *Actas da VI Conferência Nacional sobre a*

Qualidade do Ambiente, vol I:729-742, Lisboa:Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Nova de Lisboa.

FIGUEIREDO, E.V.S.(1988), *Portugal: que regiões?- Algumas propostas de delimitação regional para o Continente português*, Instituto Nacional de Investigação Científica.

FRANK, A.G. (1961), *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*, Rio de Janeiro, Fundo de Cultura.

FRANK, A.G. (1979), *A acumulação mundial, 1492-1789*, Lisboa, Editorial Estampa.

GANNON, A.(1994), "Rural Tourism as a Factor in Rural Community Economic Developmment for Economies in Transition", in *Journal of Sustainable Tourism*, (2) 1/2 :51-61.

GIMÉNEZ, M. del M. G. (1996), "La red social como elemento clave del desarrollo local: el caso de los programas Leader de Castilla y Leon", in *Actas III Colóquio Hispano-Português de Estudos Rurais*, Lisboa, Sociedade Portuguesa de Estudos Rurais (SPER).

GRIFFIN, K. (1968), *Underdevelopment in Spanish America*, Londres, George Allen and Unwin.

GUZMÁN, E. e MIELGO, A. M. A. (1995), "El discurso ecotecnocrático de la sostenibilidad", in Marín, A. C. (ed) (1995), *Agricultura y Desarrollo Sostenible*, Serie Estudios nº 97:91-119, Madrid, Ministerio da Agricultura e Pesca.

HOSELITZ, B. F. (1982 [1953]), "Estrutura social e crescimento económico" in A.

Figueiredo e C. Costa *Do subdesenvolvimento*, Porto, Afrontamento.

HOVEN, R. van der; NUNES, M. H. (1996), *Desenvolvimento e Acção Local*, Lisboa, "Edições Fim de Século".

HUIZER, G.(1970) "´Resistance to Change´ and Radical Peasant Mobilization: Foster and Erasmus Reconsidered", in *Human Organization*, vol 29, 4:303-313.

JAMINSON, A.(1996), "The Shaping of the Global Environment Agenda: The Role of Non-Governmental Organizations", In Scott Lash, Bronislaw Szerszynski & Brian Wynne(Eds), *Risk, Environment & Modernity. Towards a New Ecology*, pp 224-245, Londres, Sage Publications.

JANSEN-VERBEKE, M.(1990), *The Potentials of Rural Tourism and Agritourism in the EEC*, University of Nijmegen, Holanda.

KEYNES, J.M.(1936), *Teoria Geral do Emprego, do Juro e do Dinheiro*.

- KROEBER, A.L.[1963 (1948)], *Anthropology: Culture, Patterns and Processes*, Nova Iorque & Burlingame: Harcourt, Brace & World, Inc.
- LEAL, E.R.(1996), "De la Crisis a la Regeneración Rural", in *Actas do III Colóquio Hispano Português de Estudos Rurais*, Vol I:125-149, Lisboa, SPER.
- LENINE, V. [1971(1913)], *Imperialismo, estágio supremo do capitalismo*, Lisboa, Nosso Tempo.
- LIMA, L. C. (1986), *Associações para o Desenvolvimento no Alto Minho*, Viana do Castelo, Centro Cultural do Alto Minho.
- LIMA, A. V. de, e SCHMIDT, L. (1996), "Questões ambientais – conhecimentos, preocupações e sensibilidades", in *Análise Social*, 135:205-227.
- LÓPEZ-LÓPEZ, A. (2001), "Turismo y desarrollo sostenible" In *Sistema*, nº 162/163:189-202.
- LÓPEZ-LÓPEZ. A. (2000), Requisitos medioambientales para un programa de acción sobre Turismo Rural en la Comunidad Autónoma de Madrid" In *Observatorio Medioambiental*, nº 3:195-222.
- LOWE, Ph. et al. (1997), "Redes en el desarrollo rural: más allá de los modelos exógenos y endógenos" in *Agricultura y Sociedad*, 82:13-43.
- MATHIEU, N. e JOLLIVET (1989), «De la question de la nature à la question de l'environnement » in N. Mathieu e M. Jollivet (orgs), *Du rural à l'environnement – La question de la nature aujourd'hui*, Paris : L'Harmattan.
- MEADOWS et al. (1972), *Los límites del crecimiento*, F.C.E., México.
- MORMONT, Marc (1987), "Rural nature and urban natures" in *Sociologia Ruralis*, vol XXVII:3-20.
- MYRDAL, G. (1974[1957]), *Teoria económica e regiões subdesenvolvidas*, Rio de Janeiro, Edição Paz e Terra.
- NAVE, J.G., (coord.), et al. (1999), *Protagonistas e Contextos Institucionais da Política Ambiental e da Acção Colectiva da Defesa do Ambiente*, Lisboa, OBSERVA.
- OCDE(1988), *New Trends in Rural Policy-making*, Paris, OCDE.
- OCDE (1993) *Quel Avenir Pour les Campagnes? Une Politique de Développement Rural*.
- PARSONS, T. [1988(1951)], *El sistema social*, Madrid, Alianza Editorial.
- PEARCE, D.; et al. (1989), *Blueprint for a green economy*, Londres, Earthscan Publications.

- PEARCE, P.L.(1990), "Farm Tourism in New Zealand: A Social Situation Analysis", in *Annals of Tourism Research* (15), p. 337-352.
- PÉREZ-YRUELA *et al.* (1994), "Desarrollo local y desarrollo rural: consideraciones teoricas", in *Fórum*, Sociedade Portuguesa de estudos Rurais (SPER).
- PINTO, J.M (1985), *Estruturas sociais e práticas simbólico-ideológicas nos campos-elementos de teoria e de pesquisa empírica*, Porto, Edições Afrontamento.
- PIZAM, A.(1978), "Tourism Impacts: the social costs to the destination community as perceived by residents", In *Journal of Travel Research*, (16) 4:8-12.
- PLOEG, J.D. van der e LONG, A. (1994), "Endogenous development:Practises and perspectives" pp. 1-6, in J.D. van der Ploeg e A. Long (eds), *Born from within: practise and perspectives of endogenous rural development*, Assen, Holanda, Van Gorcum. PÚBLICO, jornal diário, 14 de Junho 2001, Porto.
- PUERTA, F. S. de, (1995), "Sociologia de la Agricultura y tecnologia agrária: Más allá de la simple consideración del agricultor" in *Comunicações ao III Congresso Hispano-Português de Estudios Rurales*. Lisboa, 19 e 20 de Maio.
- REDCLIFT, M. R. (1987), *Sustainable development: exploring the contradictions*, Londres, Methuen.
- REDCLIFT, M. (1995),"Desarrollo sostenible: ampliación del alcance del debate", in Marín A. C. (ed) (1995), *Agricultura y Desarrollo Sostenible*, Serie Estudios nº 97, Madrid, Ministerio da Agricultura e Pesca.
- REDFIELD, R. [1961(1956)], *Peasant Society and Culture*, Chicago, University of Chicago Press.
- REIS, J.(1992), *Os espaços da indústria – a regulamentação económica e o desenvolvimento local em Portugal*, Porto, Afrontamento.
- REIS, J. (1994), "O Desenvolvimento Local è Possível?" in *Forum*, Edições da Sociedade Portuguesa de Estudos Rurais (SPER).
- REIS, M. e LIMA, A V. (1998), "Desenvolvimento, território e ambiente" in J.M.Viegas e A. F. Costa (orgs), *Portugal, que modernidade?:*329-363, Lisboa:Celta Editora.
- RIBEIRO, M. (2000), "Turismo. Diagnóstico e orientações prospectivas" in *Forum da Iniciativa Económica em Trás-os-Montes e Alto Douro*, Vila Real: SPIDOURO.
- ROSTOW, W. W. (1964[1960]), *Etapas do Desenvolvimento Económico*, Rio de Janeiro, Zahar Editores.
- SANTOS, B. S. (1985), "Estado e sociedade na semiperiferia do sistema mundial: o caso português" in *Análise Social*, XXI, 87-88-89.

- SEERS, D. (1969), "O significado do desenvolvimento" in *International Development Review*, vol I, nº 1:2-6.
- SILVA, M.C.F. da (1998), *Resistir e adaptar-se. Constrangimentos e estratégias camponesas no Noroeste de Portugal*, Porto, Afrontamento.
- SILVA, M. C. (2000), "Globalização hegemónica e globalização contrahegemónica: Notas para um debate" in J.M.L. Viegas e E.C.Dias (orgs), *Cidadania, integração, globalização*, Oeiras:Celta Editora.
- SIMÕES, J.M.(1993), "Um olhar sobre o turismo e o desenvolvimento regional", in *Inforgeo*, Geografia do Turismo, Associação Portuguesa de Geógrafos.
- SMELSER, N. J. (1962), *Theory of Collective Behavior*, Londres, Routledge & Kegan Paul.
- TAMANES, R. (1995{1977}), *Ecología y desarrollo sostenible*, Madrid, Alianza Editorial.
- UICN, PNUMA e WWF (1989), *World conservation strategy for the 1990s*, Gland, Suíça.
- URRY, J.(1990), *The Tourist Gaze: Leisure and Travel in Contemporary Societies*, Londres, Sage Publications.
- VERBOLE, A.(1995), "Pros and Cons of Rural Tourism Development: A discussion on Tourism Impacts and Sustainability, With a Case From Slovenia", (policopiado), Praga, *XVIth Congress of the European Society for Rural Sociology*.
- VILLASANTE, T.R. (1999), "Cuatro redes para hacer transformaciones sustentables" In *Política y Sociedad*, nº 31:37-54.
- WALLERSTEIN, I. [1990(1974)], *O sistema económico mundial*, Porto, Afrontamento.
- WEBER, M.(1978), *Economy and Society*, California, University of California Press.
- WOLF, E. (1957), "Closed Corporate Peasant Communities in MesoAmerica and Central Java", in *South-western Journal of Anthropology*. Vol. 13, 1:1-18.
- WOODGATE, G. e REDCLIFT, M.(1998), "De una Sociología de la Naturaleza a una Sociología Ambiental. Más allá de la construcción social" in *Revista Internacional de Sociología (RIS)*, Tercera Época, nº 19/20:15-40-
- YEARLEY, S. (1992), *A causa verde. Uma sociologia das questões ecológicas*, Lisboa, Celta Editora.

Anexo 1

Table 1: The overview of the pros and cons of rural tourism development (Gannon, 1994)

ECONOMICS COSTS

Rural Tourism

- Incurs developmental and marketing costs.
- Involves risk of the operator and community.
- Places demands on public services.
- May only give part-time employment.
- Is an image industry and is therefore very sensitive to the macro environmental conditions and forces outside direct community control.
- May increase cost of living for community residents because of inflation of property values and goods and services costs.

SOCIAL COSTS

Rural tourism may cause:

- The introduction of conflicting ideas and styles into the community.
- The increase of crime.
- Overcrowding and congestion.
- Infringement on privacy in households and in the sharing of important community resources with outsiders.
- Institutional, community and family jealousies, as all may not share the benefit equally.

ENVIRONMENTAL COSTS

Rural tourism:

- May downgrade the quality of natural and historic areas through increased tourism development and tourist behaviour.
- May increase noise and litter pollution.

ECONOMIC BENEFITS

Rural Tourism

- Brings more money particularly foreign currency to the economy.
- Creates jobs and increases family and community income.
- Helps to diversify and stabilise the rural economy.
- Provides broader business base for the community and creates an opportunity for attracting other business and small industries.
- Provides the opportunity for innovation and creativity.
- Provides the support for existing business and services.
- Helps to develop local craft and trade.

SOCIAL BENEFITS

Rural tourism:

- Fosters a pride of place and sense of place.
- Helps to build up a community infrastructure
- Provides the opportunities for cultural exchange.
- Promotes a team community spirit particularly through the development of cultural and entertainment activities.
- Creates conditions for safeguarding and enhancing local cultural identities.

ENVIRONMENTAL BENEFITS

Rural tourism:

- Can be a key factor in revitalizing the natural, cultural and historical resources of a rural region.
- Promotes and encourages village renewal and cleaner countryside.
- Can foster the preservation and conservation of worthwhile resources.